

A ética da dívida

Rubens Sardenberg*

O debate sobre a dívida externa tem sido marcado, no Brasil, por uma excessiva polarização das posições em confronto. De um lado, no âmbito dos chamados partidos de esquerda, o endividamento é visto como o grande responsável pela crise econômica atual. Para esses partidos, a necessidade de gerar saldos comerciais expressivos dificulta a retomada dos investimentos e agrava as tensões inflacionárias em função da deterioração das finanças públicas. Decorre dessa visão a proposta de suspensão dos pagamentos do débito externo e a crença de que a simples adoção desta medida garantiria a retomada do crescimento econômico de forma sustentada.

De outra parte, para os economistas mais conservadores, a questão externa é, quando muito, um problema secundário para resolver a crise brasileira. Para estes setores, o novo governo deve combater o déficit público, liberalizar a economia e facilitar a entrada do capital estrangeiro. A adoção dessas medidas possibilitaria a retomada dos investimentos privados, o afluxo de recursos externos, a economia brasileira voltaria a crescer e ainda continuaria pagando seus débitos externos.

O livro *A dívida internacional — uma abordagem ética*, 97 páginas, organizado por Nelson Gomes Teixeira e editado pela Pioneira, é uma excelente oportunidade para romper esta polarização e colocar este debate numa perspectiva mais proveitosa. O livro é resultado da transcrição dos debates do Simpósio internacional sobre os aspectos éticos da dívida internacional, realizado em maio deste ano pela Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social — Fides.

Os debates contaram com a participação de representantes estrangeiros e personalidades do cenário político econômico brasileiro, entre os quais o ex-ministro Bresser Pereira e o empresário José Mindlin.

A parte mais importante do livro refere-se às exposições dos convidados estrangeiros, o ex-banqueiro e industrial suíço Philippe de Weck e o deputado do Partido Democrata dos Estados Unidos Bruce Morrison.

Os dois não são o que se poderia chamar de representantes do *establishment* ortodoxo dos países credores, na medida em que apresentam posições bem mais avançadas em relação à dívida internacional. Mas, demonstram que a postura dura e ortodoxa assumida pelos bancos credores está longe de ser consensual entre as elites dos países desenvolvidos.

Philippe de Weck alerta para a co-responsabilidade de credores e devedores pela atual

situação e destaca que a solução da atual impasse envolverá uma nova postura e concessões de ambas as partes.

Já o deputado Morrison chama atenção para os prejuízos, em termos de crescimento econômico e expansão do comércio mundial, causados pela estratégia de ajustamento dos anos 80. Para o deputado, o Plano Brady é um avanço, mas as negociações não podem ficar a cargo dos bancos credores e com base em esquemas de adesão voluntária aos programas de redução da dívida internacional. De acordo com Morrison, esse papel cabe ao setor público, no caso representado pelo Banco Mundial e pelo FMI.

Em que pesem a brevidade das exposições e a ingenuidade de algumas colocações (como a de Philippe de Weck, de que os países credores podem fazer concessões aos devedores em nome do seu sentimento cristão), o livro organizado por Teixeira ajuda a sair da polarização estéril em que normalmente é colocada a questão da dívida internacional.

Nesse sentido, algumas conclusões são importantes: primeiro, os debates sobre a dívida internacional estão bem mais adiantados nos países desenvolvidos em relação a nós, devedores. Parece que há um espaço concreto para a negociação e que esta passará por uma redução da dívida e de seus encargos. Cabe às nossas elites assumir o seu papel nesta nego-

ciação, afastando o radicalismo de certas posições e também a subserviência que tem caracterizado o seu comportamento nas últimas décadas.

Em segundo lugar, os ajustes internos da economia brasileira não podem esperar pelas negociações externas. Pelo contrário, será importante que o país reconstrua o quanto antes um projeto de desenvolvimento e o utilize para obter concessões dos credores. Em terceiro e último, é necessário a apresentação de alternativas concretas para a solução do impasse atual.

A propósito, o livro traz duas propostas interessantes. Uma delas, já apresentada por Bresser Pereira e outros economistas, refere-se à criação de uma nova agência mundial (a partir do FMI e do Bird) para gerência o processo de renegociação da dívida internacional. A outra proposta, realmente inovadora, é a de possibilitar aos países devedores pagarem parte dos seus débitos em moeda local e com esses recursos capitalizar um fundo de aplicações na área social. Se implementada, esta última proposta vai conseguir juntar dois problemas (a dívida externa e as carências sociais) e encontrar uma saída inteligente. Não é uma rima mas pode ser uma solução.

*Rubens Sardenberg é economista formado pela USP e pós-graduado pela Unicamp.